



Administração Pública e Gestão Social

E-ISSN: 2175-5787

apgs@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa

Brasil

Carvalho Moreira, Nathalia; Vieira Baêta, Odemir; da Costa Reis, Paulo Ricardo
Políticas de Trabalho e Emprego (1995-2010): Repensando o Estado Brasileiro a partir do
Modelo de Acumulação Flexível
Administração Pública e Gestão Social, vol. 5, núm. 3, julio-septiembre, 2013, pp. 98-107
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351556455003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Políticas de Trabalho e Emprego (1995-2010): Repensando o Estado Brasileiro a partir do Modelo de Acumulação Flexível

Labor and Employment Policies (1995-2010): Rethinking the Brazilian State from Flexible Accumulation Model

Nathalia Carvalho Moreira¹, Odemir Vieira Baêta², Paulo Ricardo da Costa Reis³

¹ Fundação Getúlio Vargas, Centro de Administração Pública e Governo, São Paulo-SP, 01308000, Brasil.

² Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Letras, Avenida P. H. Rolfs, DLA, Campus UFV, Viçosa-Minas Gerais, 36570000, Brasil

³ Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador-Bahia, 40110903, Brasil.

CITAÇÃO SUGERIDA: Moreira, N. C., Baêta, O. V., & Reis, P. R. C. (2013). Políticas de trabalho e emprego (1995-2010): repensando o estado brasileiro a partir do modelo de acumulação flexível. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(3).

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar as políticas de trabalho e emprego entre os anos de 1995 a 2010, respectivamente nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva. O referencial teórico utilizado foi o modelo de acumulação flexível, entendido resumidamente pela flexibilidade nos processos de trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo. Em geral, percebeu-se que as políticas de emprego implementadas são utilizadas como instrumento para minimizar os impactos das mudanças gerais. Elas não eliminam o caráter contraditório das relações sociais de produção capitalistas, mas acentuam a lógica da acumulação.

Palavras-Chave: Políticas de Trabalho e Emprego, Acumulação Flexível, Governo Lula, Governo FHC.

Abstract: This study aimed to analyze the employment policies between the years 1995-2010, respectively, in governments of the Presidents Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva. The theoretical framework used was the model of flexible accumulation, understood by briefly flexibility in work processes, markets, products and patterns of consumption. In general, it was noticed that the implemented employment policies are used as a tool to minimize the impact of general changes. They do not eliminate the contradictory nature of the social relations of capitalist production, but accentuate the logic of accumulation.

Keywords: Labor and Employment Policies, Flexible Accumulation, Lula Government, Fernando Henrique Cardoso (FHC) Government.

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

INTRODUÇÃO

Conforme Antunes (1995), o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível têm acarretado desemprego, precarização do trabalho e degradação crescente na relação entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção, gerando profundas transformações na sociedade e nos trabalhadores.

Contudo, percebe-se que nos últimos anos, a oferta de empregos no Brasil tem crescido, com o aumento da carteira assinada e do rendimento real do trabalho, ou seja, são reajustes acima da inflação (Instituto Brasileiro de Economia e Estatística [IPEA], n.d.). Além disso, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil entre 2001 e 2010, subiu 2,3%, enquanto nos dez anos anteriores cresceu apenas 0,9%.

Apesar da melhoria das estatísticas, pode-se dizer que a situação de pleno emprego está longe de ser alcançada, pois esse é uma conjuntura em que todos teriam uma colocação no mercado de trabalho e uma remuneração justa. Segundo o Ipea (n.d.), não é pleno emprego o que se tem hoje no Brasil, mas um grande mercado informal e baixos rendimentos.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged, 2012), 80% das vagas criadas na economia são remuneradas em até dois salários mínimos. O número vem caindo, mas demonstra o alto nível de informalidade e de baixos salários (Ipea, n.d.).

O Ipea (n.d.) defende a atuação do governo na promoção de mais empregos de melhor qualidade por meio de investimentos. Dessa forma, o governo poderia cooptar o setor privado a investir e romper pontos de estrangulamento na economia, na infraestrutura, transporte e energia, alavancando a produtividade e o desenvolvimento econômico sustentável.

Na década de 1990, as reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor e o cenário macroeconômico (baixo crescimento da economia, juros elevados e abertura comercial), contribuíram para a formação de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais. Isso devido à expansão do trabalho informal e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos (Alves, 2009).

Segundo Oliveira (2012), para reverter a crise do desemprego, as agências multilaterais têm preconizado a



implementação de programas e políticas de geração de emprego e renda principalmente para jovens e mulheres em países periféricos. Ao mesmo tempo, defendem a criação de formas mais flexíveis de contratos de trabalho, além do empreendedorismo e da informalidade, acreditando ser o caminho mais eficaz para estimular a empregabilidade.

Nesse contexto, repensar o Estado por meio do modelo de acumulação flexível, é tentar compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do confronto entre as ideias de ruptura e de continuidade. Harvey (2007) afirma que a “acumulação flexível”, se apresenta hoje em contraposição ao modelo keynesiano-fordista, que está desaparecendo. O processo de reestruturação produtiva, ou “produção flexível”, faz parte desse novo modelo. Dessa forma, este artigo questiona: Quais as principais mudanças ocorridas após a década de 1990? Quais as principais diferenças entre os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) em relação às políticas trabalhistas? Em síntese, o que há de novo na configuração das relações entre capital e trabalho nesse período?

No que se refere ao Brasil, como decorrência dos efeitos da crise mundial, é previsível que haverá uma sensível redução do crescimento da economia do país, nos anos de 2012 e 2013, em decorrência, especialmente, da desaceleração na indústria. É importante alertar que o cenário mundial favorável que beneficiou o Brasil no período de 2003 a 2008 está passando por fortes transformações e gerando incertezas. Diante dessas mudanças, argumentamos que é necessário que o país prepare-se de forma adequada para enfrentar as turbulências externas (Matias-Pereira, 2013).

Registre-se que a condução da política econômica no Brasil se apresenta bastante complexa, pois vai além da preocupação com a maximização do emprego e da estabilidade da moeda. Também nela estão incluídas a proteção social, a diminuição do nível da pobreza, a redução das desigualdades de rendas pessoais e dos desequilíbrios regionais, entre outros. O governo atual já definiu como prioridade, por exemplo, a execução do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), reduzir gastos correntes, preservar os programas sociais, os investimentos e o nível de emprego, assegurar proteção aos segmentos mais vulneráveis, continuar a valorizar o salário mínimo, entre outras ações (Matias-Pereira, 2013).

Desse modo, à luz dessas considerações, percebe-se a importância da análise de políticas públicas de trabalho e emprego, entendidas como respostas que o Estado tem apresentado para as demandas da sociedade.

Este texto pretende desenvolver alguns pontos de discussão em torno das dimensões e significados dessas mudanças. Não tem, portanto, uma pretensão conclusiva, mas sim o intuito de apresentar caminhos e diagnósticos que ofereçam algumas respostas e reflexões a tantas interrogações.

A estrutura do artigo está fundamentada em três partes: em primeiro lugar, considerações sobre o trabalho, que inclui

algumas das discussões sustentadas pelos autores que pesquisam o tema. Na sequência, uma discussão sobre as políticas de trabalho e emprego da década de 1990 e o modelo de acumulação flexível. Logo depois, apresentam-se as políticas encontradas do período, e por fim, considerações finais e sugestões para novos trabalhos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Trabalho nos anos 1990

A utilização do poder do Estado para estimular o desenvolvimento do capitalismo não é um fenômeno novo. No sentido mais elementar, o Estado é a garantia das condições, das relações sociais, do capitalismo e o protetor da distribuição, cada vez mais desigual da propriedade, que esse sistema enseja (Braverman, 1977).

Depois de meados dos anos 1970, particularmente, o mundo do trabalho vivenciou uma situação bastante crítica, talvez a maior desde o advento do capitalismo. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, nesse mesmo período, ocorreram mutações intensas, de ordens diferenciadas e que no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências no mundo do trabalho (Antunes, 1995).

Na década de 1990, as mudanças ocorreram principalmente, devido ao esgotamento do modelo Taylorista/Fordista e à necessidade de substituição desse padrão de gerenciamento técnico-científico por outro, denominado Toyotismo. Em outras palavras, este modelo exigiu uma requalificação dos trabalhadores devido à nova divisão internacional do trabalho no sistema capitalista, que demandou a utilização de mão-de-obra barata e de matérias-primas de fácil aquisição (Antunes, 1995).

Segundo Alves (2009), a precarização do trabalho, constituído pelo processo objetivo de degradação salarial, é marcado não apenas pelo cenário interno das reformas capitalistas, mas também pelo cenário externo de intensa reação neoliberal político-ideológico (os acontecimentos históricos da Queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, em 1991, que tornaram-se ícones midiáticos representativos da globalização capitalista).

No Brasil, após 1992, o total de greves cresceu relativamente, e ocorrendo também, nesse período, uma alteração significativa na morfologia social das mesmas. É importante ressaltar que o Plano Real, de 1994, extingue a política salarial e coloca novos parâmetros para a negociação coletiva no país (ALVES, 2009).

Nesse contexto, a precarização do trabalho no Brasil tende a reverter a “cultura de greve” para o âmbito das empresas. Dessa forma, na década de 1990, consolida-se um novo estilo de defensivismo, que irá marcar a cultura sindical sob a era neoliberal. A nova territorialidade das greves, restritas à empresa e não mais à dimensão da categoria de trabalhadores assalariados (ou mesmo da classe social), é a expressão da nova precarização do trabalho (Alves, 2007).

Também é importante destacar a diminuição de empregos gerados pelo setor industrial no decorrer da década de 1990, com destaque para o setor metal-mecânico. É na indústria, ao contrário dos serviços e comércio, que temos os setores com melhor organização e geralmente mais bem pagos e qualificados no mundo do trabalho. Logo, foi a partir da década de 1990 que o setor de serviços, que já era na década de 1980 o principal responsável no total de postos gerados, passou de 41,3%, em 1989, para 52,3%, em 2001 (a proporção das ocupações geradas no comércio passou de 14,8% para 16,2%) (Alves, 2007).

Nessa época, alterou-se o ambiente de trabalho nas empresas. Amplia-se, por exemplo, a disseminação de novas práticas de gestão sob o espírito do Toyotismo e adotam-se novas tecnologias de produção (Alves, 2000).

Sendo assim, o Toyotismo mescla-se ou substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são agudos, no que diz respeito aos direitos trabalhistas (Antunes, 1995).

Desse modo, no decorrer da “década neoliberal”, ao lado do crescimento do desemprego total, constatamos a expansão significativa de contratos de assalariamento precário, que causaram impactos na queda dos rendimentos médios reais). Assim, verifica-se que o crescimento de contratos assalariados sem carteira assinada ocorre, de forma significativa, a partir de 1996, período de inflexão descendente do índice de rendimentos real do trabalho assalariado. Apesar da “década neoliberal”, o emprego assalariado no setor público não apresentou, nesse período, uma queda significativa (Alves, 2009).

Além da contratação assalariada, alguns elementos da precarização do trabalho atingem a jornada de trabalho. Aliás, sob a década neoliberal, a delimitação da jornada de trabalho tornou-se um campo de luta. A pressão por horas extras e a extensão do tempo de trabalho consumindo o tempo de vida pessoal-familiar tornou-se uma das preocupações candentes dos trabalhadores assalariados da indústria, serviços e comércio (Alves, 2009).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008) apresenta um panorama mundial, de 1990 a 2007. Em 2007, a taxa de desemprego no mundo era de 5,7%, com 179,5 milhões de desempregados. As primeiras estimativas para 2008 previam 190,2 milhões de desempregados, ou seja, um acréscimo de 10,7 milhões de pessoas em situação de desemprego. Nos cenários apresentados pela OIT, a partir da propagação e da mundialização da crise financeira iniciada nos EUA, as estimativas para o ano de 2009 apontavam para 230 milhões de desempregados no mundo, isto é, um acréscimo de 40 milhões em relação ao ano de 2008 (Franco *et al.*, 2010).

Em relatório de 2009, a OIT – embora considere os sinais de recuperação da economia mundial e a queda do emprego inferior ao previsto, decorrentes da intervenção dos governos – alerta que a “crise do emprego está longe de ser superada”. Entre outubro de 2008, início da crise, e o final de 2009, em 51 países com dados disponíveis, foram perdidos 20 milhões de postos de

trabalho e 5 milhões de trabalhadores se encontravam numa situação extremamente vulnerável, ameaçados de perder o emprego – com jornada de trabalho reduzida, desemprego ou trabalho involuntário em tempo parcial. Além disso, estima-se que 45 milhões de trabalhadores podem ficar fora do mercado de trabalho, especialmente no caso dos pouco qualificados, dos imigrantes, dos mais velhos e dos jovens (Franco *et al.*, 2010).

Por fim, para Antunes (1995), essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc., afetam diretamente o operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no ser do trabalho. A crise atinge também, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho e das suas formas de representação.

Modelo de acumulação flexível

Segundo Antunes (1995), novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela versatilidade da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Diversos autores têm estudado este tema, como por exemplo, Murray, 1983, Sabel e Piore, 1984; Annunziato, 1989; Clarke, 1991; Gounet, 1991; Coriat, 1992 e Harvey, 2007.

Para Antunes (1995), o pensamento de Harvey distancia-se tanto daqueles que falam em novos processos produtivos, inteiramente distintos das bases fordistas (como os pioneiros Sabel e Piore, 1984), quanto daqueles que não compreendem novas e significativas transformações no interior do processo de produção de capital. Harvey reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis tradicionais.

Para Harvey (2007), a acumulação flexível se apoia na elasticidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se, assim, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, mercados e, sobretudo, taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O mercado de trabalho passa por mudanças radicais em razão do processo de acumulação flexível, com as flutuações constantes, o aumento da competição, a redução do poder aquisitivo do trabalhador e o enfraquecimento do poder sindical, que começa a atuar na defensiva em razão da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados, ou precarizados vinculados à economia informal) (Abramides e Cabral, 2003).

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 2007 p.140).

O novo padrão de acumulação apontado por Harvey, que busca solucionar a crise vivida pelo capitalismo e o desgaste do modelo taylorista-keynesiano, baseia-se numa transformação ampla dos processos de produção e trabalho, na reorganização dos mercados e setores de produção bem como em sua redistribuição espacial, apoiada em uma nova concepção de Estado de caráter neoliberal e fortalecido pelo pensamento neoconservador.

A economia de escala, verticalizada com produção em série, característica do fordismo, se viu confrontada e o processo produtivo dentro desse modelo passa a caracterizar-se pela produção em pequenos lotes e pela subcontratação, atendendo mais amplamente as necessidades do mercado. O sistema de produção flexível busca ainda a aceleração do ritmo de inovação do produto e a exploração de núcleos especializados e de pequena escala, a diminuição do tempo de giro do capital pelo uso de novas tecnologias produtivas, novas formas organizacionais, como por exemplo, o *just-in-time*, e pela aceleração do consumo.

Acentua-se nesse período a organização do capital por meio da dispersão e da mobilidade geográfica. Grandes indústrias procuravam regiões onde a proximidade com a fonte de matérias-primas, os baixos salários, os incentivos fiscais por parte dos estados, bem como mercados consumidores em potencial estivessem a sua disposição. No entanto, o capitalismo tornou-se mais organizado por meio da dispersão, fortalecendo uma divisão internacional do trabalho onde, os países centrais dominam o processo de pesquisa e desenvolvimento enquanto os periféricos realizam as etapas de produção de mercadorias.

O capitalismo nessa nova fase busca respostas mais flexíveis e inovação tecnológica. Para que isso fosse possível alguns subsídios tornaram-se básicos. O saber se torna mercadoria-chave e a produção do conhecimento assume cada vez mais um aspecto comercial. O controle do fluxo de informações e dos veículos de propaganda influencia a cultura popular e se tornam armas importantes na batalha competitiva. Finalmente, esse momento é assinalado pela reorganização do sistema financeiro global (Antunes, 1995).

Todas essas mudanças têm sido acompanhadas por um neoconservadorismo e pela emergência de políticas neoliberais em contraposição as políticas desenvolvidas pelo Estado do bem-estar social. Tais políticas têm permitido junto com o processo de reestruturação da produção, influências ao salário real dos trabalhadores e ao poder de mobilização dos sindicatos.

No entanto, segundo Lobo (2004), o sucesso político do neoconservadorismo encontra-se também vinculado a uma nova cultura individualista, empreendedora e competitiva, que molda tanto o mundo da produção quanto do consumo. Nesse processo, a valorização do efêmero tem marcado o comportamento de amplos setores da população e tem levado a construção de teorias que classificam esse momento como Pós-Moderno (Harvey, 2007).

Continuidade e Ruptura

Harvey (2007) aponta três características do capitalismo, desenhadas por Marx, que segundo ele continuam vigentes:

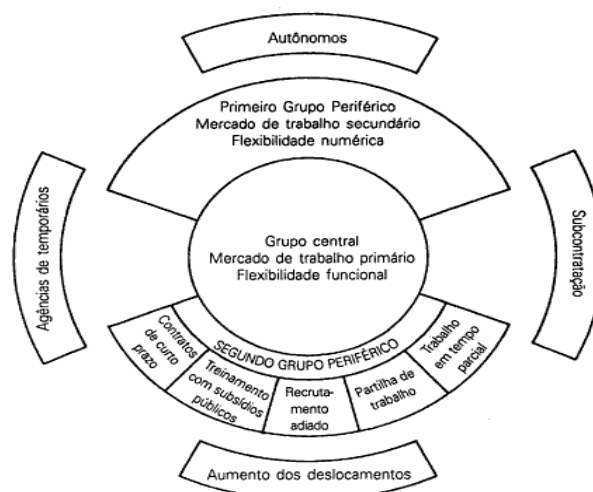
- 1) O capitalismo é orientado para o crescimento;
- 2) O crescimento se apoia na exploração do trabalho vivo, que implica uma relação de classe entre o capital e trabalho, em que a questão do controle do trabalho é fundamental;
- 3) O Capitalismo é tecnológica e organizacionalmente dinâmico (Antunes, 1995; Lobo, 2004).

O modelo de acumulação flexível se apresentou como uma saída para a crise de crescimento do capitalismo no final dos anos 1960 e início dos 1970, preservando a lógica do capital. As novas formas de organização do trabalho e o avanço da tecnologia permitiram um novo salto no processo de acumulação, com a expropriação crescente de grande parcela da classe trabalhadora, por meio do desemprego, do achatamento salarial e da intensificação do trabalho para aqueles se mantiveram no mercado.

A estratégia da procura de lucros pela extração da mais-valia também se mostrou eficaz dentro do modelo de acumulação flexível. A associação entre a ampliação das horas trabalhadas, garantindo a extração da mais-valia absoluta, com os modernos processos de organização do trabalho e as novas tecnologias, dentro reestruturação produtiva, garantiu também o crescimento da mais-valia relativa.

Elementos presentes no início da industrialização e da sociedade moderna, como a divisão intensiva do trabalho e seu controle na produção, a alienação do saber operário e a acumulação de capital via extração do “sobre-trabalho”, encontram-se presentes nos dias atuais, porém de forma modificada.

Figura 1
Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível



Fonte: Harvey (2007, p.143).

Para Harvey, a segmentação da classe trabalhadora se intensificou de tal modo que é possível indicar no centro do processo produtivo o grupo de trabalhadores, em processo de retração em escala mundial, mas que permanece em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança no trabalho e

mais inserido na empresa. Com algumas vantagens que decorrem desta “maior integração”, esse segmento é mais adaptável, flexível e geograficamente móvel. Os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em épocas de dificuldade podem, no entanto, “levar a empresa a subcontratar, mesmo para funções de alto nível, mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno” (Harvey, 2007, p.144).

A periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado” (Harvey, 2007, p.144).

Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo, situado na periferia, “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados de tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contato por tempo determinado, temporários, subcontratados e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”.

Esse segundo grupo periférico, por estar mais disponível no mercado, possui menor segurança de emprego, sendo facilmente contratado e demitido sem custos. Excluindo um grande número de trabalhadores, o modo de acumulação flexível propicia o reaparecimento de sistemas de produção antigos, como os trabalhos artesanais e familiares, que destacam uma economia informal e um setor de serviços que se constituem em forma de sobrevivência. Também há pequenas e médias empresas que se associam às grandes e centrais organizações em subcontratações e contratos flexíveis (Antes, 1999; Harvey, 2007).

A flexibilidade nas opções de contratação resulta em modos de empregabilidade não convencionais. Entre eles, podemos citar: a redução do quadro funcional, mantendo apenas funcionários altamente qualificados e indispensáveis, importando insumos de baixo custo; a subcontratação de parte do trabalho por meio de redes de empresas auxiliares; a automatização ou realocação de tarefas e funções cujos preços no mercado sejam altos; a rigidez no trabalho e pagamento como condição para a permanência dos empregados na empresa, etc. A reestruturação de organizações parece resultar no trabalho individualizante e em mercados personalizados, fragmentando a sociedade (Gorz, 2005).

A desconcentração de trabalhadores na fábrica e o aumento da produção fazem com que o poder sindical se enfraqueça. O papel dos sindicatos muda, bem como o da organização tradicional, forçado a acompanhar as mudanças. A acumulação flexível cria e estimula novas e incessantes necessidades no consumidor. O investimento em inovação e a concorrência acirrada incentivaram o consumo, gerando uma rápida obsolescência de produtos e serviços (Antunes, 1999; Harvey, 2007).

Portanto, o acesso rápido e o controle de informações são fundamentais. O acesso a conhecimentos técnicos e científicos também significa vantagens competitivas, e é por isso que a indústria de alta tecnologia investe em parcerias com universidades e/ou fundações de pesquisa (Harvey, 2007).

Hoje, o processo de acumulação flexível e de reestruturação produtiva também encontraram novos caminhos para a manutenção e vigência da sociedade capitalista com nova roupagem, o que exige do trabalhador uma nova postura.

Deve-se levar em conta também que esses modelos de acumulação e organização do trabalho se encontram em diferentes desenvolvimentos, em diferentes sociedades e épocas, havendo também coexistência desses modelos. Até onde persiste, por exemplo, o modelo fordista dentro de empresas aparentemente reestruturadas segundo o modelo flexível? São questões importantes que demandam pesquisa empírica e, possivelmente, novas formulações teóricas (lobo, 2004).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho classifica-se como uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, tendo como referência informações disponíveis no Portal da Legislação da Presidência da República (<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>). A seleção dos documentos obedeceu ao critério temporal caracterizado entre os anos de 1995 a 2010, nos mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, respectivamente.

Com o objetivo de fazer uma análise do Estado Brasileiro a partir de reflexões teóricas sobre o modelo de acumulação flexível, este trabalho procurou investigar documentos sobre a Legislação Trabalhista Brasileira e analisá-los à luz do modelo de acumulação flexível encontrado na literatura (Harvey, 2007).

A busca dos documentos foi realizada por meio das palavras-chave: “trabalho” e “emprego”. Após o descarte dos resultados desconexos, refinou-se a procura por palavras-chave que tivessem relação com as políticas trabalhistas; utilizando a filtragem do próprio Portal da Legislação da Presidência da República. Em seguida, todas as informações foram codificadas em uma planilha para facilitar a manipulação dos dados e a interpretação do seu conteúdo.

A partir deste recorte será possível comparar as iniciativas e respostas do Estado em relação às necessidades de trabalho e emprego e analisá-las de forma comparativa nos governos citados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os principais resultados foi possível constatar o diferencial quantitativo entre as legislações mencionadas, foram 387 no primeiro período e 253 no segundo período, apresentado pelo Quadro 1.

Quadro 1

Número de Legislações registradas por ano e governo

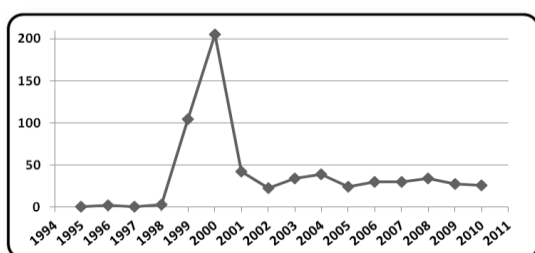
Governos	Anos	N° de Legislações registradas
Fernando Henrique Cardoso (FHC)	1995	1
	1996	2
	1997	1
	1998	3
	1999	105
	2000	205
	2001	42
	2002	23
	Total	387
Luís Inácio Lula da Silva	2003	34
	2004	39
	2005	24
	2006	30
	2007	30
	2008	34
	2009	28
	2010	26
	Total	253

(<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>, recuperado em 01, fevereiro, 2013)

Num primeiro momento, observou-se uma diferença significativa entre os mandatos do Presidente FHC e Lula, com destaque para os anos de 1995 a 1998 com apenas sete registros encontrados e paradoxalmente entre 1999 e 2000, apresentando juntos, 310 menções às palavras “trabalho” e “emprego” nas legislações. Para ilustrar o diferencial quantitativo entre as legislações mencionadas, foi elaborada a Figura 2.

Figura 2

Número de legislações por ano e governo



(<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>, recuperado em 01, fevereiro, 2013)

Dentre as 387 menções relacionadas às políticas encontradas no primeiro período, 35 foram revogadas. Trinta e sete menções dispõem sobre o salário mínimo vigente ou ao reajuste no salário mínimo.

Apesar de o diferencial quantitativo chamar a atenção, não se pretende com este trabalho fazer uma análise comparativa em relação ao número de políticas trabalhistas encontradas; sabe-se que este número especificamente não causa impactos na sociedade e na operacionalização das políticas. Desse modo, a

intenção tanto do gráfico, quanto do quadro é apenas ilustrativa, a fim de contribuir com as interpretações qualitativas.

Período I – (1995-2002)

Segundo Draibe (2003) as principais características deste período são: a proteção ao trabalho e à classe trabalhadora, garantindo seguridade social, políticas de emprego e melhores relações de trabalho.

A Legislação Trabalhista e Sindical, a Previdência Social e os programas de proteção ao trabalho e aos trabalhadores foram as áreas mais sensíveis da política social às transformações da estrutura produtiva e do mercado de trabalho daquela época, e, ao mesmo tempo, as que estiveram mais pressionadas a mudar, tanto por razões de equilíbrio fiscal, no caso da Previdência, como para se modernizarem e se adequarem aos padrões de competitividade, no caso da Legislação do Trabalho, ou ainda para responderem ao crescente desemprego, no caso das Políticas Ativas de Emprego.

Dessa forma, resgata-se o pensamento de Antunes (1999) e Harvey (2007) ao afirmar que o papel dos sindicatos muda, bem como o da organização tradicional, forçado a acompanhar as mudanças. A acumulação flexível cria e estimula novas e incessantes necessidades ao consumidor e, também, ao trabalhador.

A instituição do Sistema de Seguridade Social, a definição de um piso mínimo para os benefícios, a igualação dos trabalhadores urbanos e rurais no direito aos benefícios e a criação do seguro-desemprego constituíram as mais destacadas inovações e mudanças nesse campo da proteção social brasileira (Draibe, 2003).

Draibe (2003) destaca alguns aspectos, da perspectiva do sistema de proteção social. Em primeiro lugar, deve se reconhecer que a reforma não alterou as linhas mestras do Sistema Previdenciário, preservando seu caráter público, compulsório e de repartição simples. Em relação aos direitos sociais previdenciários, a alteração a registrar é a supressão, do plano de benefícios, dos auxílios assistenciais, de fato um encolhimento da proteção, implantado em 1995, e que, curiosamente, despertou pouca resistência. Do ponto de vista da homogeneização dos regimes especiais, foi pequeno o avanço, embora tenha sido esse um dos alvos dos reformadores, especialmente motivados em alterar os regimes dos servidores públicos.

Deste modo, estas políticas conseguem atingir a periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado” (Harvey, 2007, p.144).

Outro limite foi o modo com que a dimensão de gênero foi tratada, reduzida à tradicional diferenciação de idade, de nenhum modo acenando para o reforço da proteção à mulher trabalhadora, especialmente as de baixa renda (Draibe, 2003).

Certo alargamento da proteção social pode ser encontrado na extensão do seguro-desemprego, entre 1997 e 1998. No ciclo reformista dos anos de 1980, sua introdução veio completar, do ponto de vista dos contemporâneos riscos sociais, o nosso sistema de proteção social; no segundo ciclo de reformas, foi ampliado, estendido a novas categorias sociais e aproximado dos programas de capacitação. Com efeito, as medidas do final do primeiro mandato do governo FHC promoveram a extensão da elegibilidade para os empregados domésticos, a extensão do prazo de vigência máxima do seguro (de quatro para cinco meses, podendo ser aumentada em até sete meses) e a criação da Bolsa-Qualificação. Em 2001, estas medidas cobriam cerca de 4,4 milhões de trabalhadores (53% dos demitidos) e envolvia gastos da ordem de 0,5% do PIB (Brasil, 2002).

Na área do trabalho, em dois outros planos podem ser detectadas inovações institucionais neste período: no plano da capacitação profissional e nos programas de inserção produtiva, especialmente os de microcrédito e de apoio às micro e pequenas empresas – Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), PROGER Rural, Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e Programa de Crédito Produtivo Popular, do BNDES.

A flexibilidade nas opções de contratação resulta em modos de empregabilidade não convencionais. Entre eles: a redução do quadro funcional, mantendo apenas funcionários altamente qualificados e indispensáveis, importando insumos de baixo custo; a subcontratação de parte do trabalho por meio de redes de empresas auxiliares; a automatização ou realocação de tarefas e funções cujos preços no mercado sejam altos; a rigidez no trabalho e pagamento como condição para a permanência dos empregados na empresa, etc. A reestruturação de organizações parece resultar no trabalho individualizante e mercados personalizados, fragmentando a sociedade (Harvey, 2007).

As inovações são importantes, mesmo quando os resultados de muitos programas tenham ficado a desejar. Por outro lado, tal investimento institucional, não avançou de forma significativa na articulação do seguro-desemprego com os serviços de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional, exatamente a direção apontada na Estratégia de 1996, qual seja, consolidar no Brasil um eficiente Sistema Público de Emprego.

A periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado” (Harvey, 2007, p.144).

Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo, situado na periferia,

oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados de tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contato por tempo determinado, temporários, subcontratados e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico (HARVEY, p. 145).

Deve-se lembrar também das mudanças na Legislação Sindical e Trabalhista. A alteração da regulação das relações contratuais de trabalho entrou com força na agenda pública apenas nos anos de 1990, concentrada em dois temas: os custos indiretos da mão-de-obra e a rigidez dos contratos.

Nenhuma reforma incidiu sobre essas áreas do trabalho durante o governo FHC, mas foram muitas alterações introduzidas:

- Extensão da abrangência do contrato por tempo determinado, antes restrito às atividades transitórias, sempre que resultante de negociação coletiva;
- Instituição do banco de horas (alternativa ao pagamento de horas extras);
- Instituição da modalidade de suspensão do contrato de trabalho, por período de dois a cinco meses, associada à qualificação profissional e à bolsa-qualificação;
- Instituição do regime de trabalho em tempo parcial (com jornada de até 25 horas e salário proporcional);
- Introdução do Instituto da Mediação Trabalhista e das comissões de Conciliação Prévia e reforço dos mecanismos de fiscalização do trabalho.

Esse conjunto das mudanças compõe um expressivo quadro de flexibilização das relações de trabalho. Não se tratou de nenhuma radical desregulamentação das relações trabalhistas, até porque a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a Legislação Sindical permaneceram inalteradas. Mas as mudanças foram feitas segundo os sinais do mercado, atendendo ao interesse dos empregadores.

A desconcentração de trabalhadores na fábrica e o aumento da produção fazem com que o poder sindical se enfraqueça. O papel dos sindicatos muda, bem como o da organização tradicional, forçado a acompanhar as mudanças (ANTUNES, 1999; HARVEY, 2007).

Os primeiros sinais da dificuldade de negociação já apareceram no início do Governo Cardoso com a greve dos petroleiros, a qual foi reprimida de forma impetuosa com a demissão de trabalhadores, a ocupação de refinarias pelo Exército e a imposição do pagamento de multas milionárias aos sindicatos (medida imposta pelo Tribunal Superior do Trabalho após julgar a greve como abusiva). Sem entrar no mérito da questão, pretende-se chamar a atenção para a forma como se estabeleceu o relacionamento entre governo e representação sindical (GOMES *et al.*, 2012).

Período II – (2003-2010)

Dentre as 253 menções às políticas encontradas no primeiro período, 18 foram revogadas. Quinze dispõem sobre o salário mínimo vigente ou ao reajuste no salário mínimo.

Segundo Rodrigues (2008) houve várias iniciativas em direção a uma reforma trabalhista no governo Lula. Percebe-se a retomada do crescimento econômico a partir de 2004 – em função da combinação da expansão da economia internacional (com a redução da vulnerabilidade externa do país), da estabilidade da inflação, do aumento do crédito popular e, também, do salário mínimo – trouxe um novo cenário para o

mercado de trabalho, após décadas de estagnação e retração do emprego e das relações de trabalho.

Com exceção do primeiro ano, os números do governo Lula foram bastante favoráveis, no que diz respeito ao crescimento do emprego, dos rendimentos e do consumo dos trabalhadores.

As expectativas do funcionalismo público eram, de forma geral, muito positivas em relação ao governo Lula da Silva, devido à história de formação do Partido dos Trabalhadores, das bases sociais que deram sustentação à agremiação ao longo de sua existência e da relação mantida com os sindicatos e movimentos sociais (Gomes *et al.*, 2012).

Aos poucos, ao longo dos dois mandatos, o Governo encaminhou projetos de lei visando estruturar uma "política de recursos humanos", na linha do mencionado no documento Gestão Pública para um Brasil de Todos (Gomes *et al.*, 2012).

Para Marques e Mendes (2004), os princípios que animaram os setores progressistas da constituinte foram: a ampliação da cobertura para segmentos até então desprotegidos; a eliminação das diferenças de tratamento entre trabalhadores rurais e urbanos; a implementação da gestão descentralizada nas políticas de saúde e assistência; a participação dos setores interessados no processo decisório e no controle da execução das políticas; a definição de mecanismos de financiamento mais seguros e estáveis; e a garantia de um volume suficiente de recursos para a prática das políticas contempladas pela proteção social, entre outros objetivos.

O artigo buscou levantar iniciativas do governo Lula da Silva em direção à construção de uma política de recursos humanos que tenha por finalidade a melhoria das condições, bem como das relações de trabalho no serviço público. Observou-se que vários passos foram dados e, apesar de recém-instituída, pode-se dizer que se avançou em relação ao período anterior. No entanto, cabe observar que se notam traços de continuidade em relação ao governo Cardoso e posições marcadas pela ambiguidade. Houve um esforço de recompor os quadros do funcionalismo público em áreas específicas, como a do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico. Várias carreiras foram beneficiadas e puderam contar com concursos públicos (ainda que, na maioria dos casos, o número de servidores ainda esteja aquém do necessário) (Gomes *et al.*, 2012).

Registra-se, também, um esforço de (re) organização de inúmeras carreiras e de iniciativas no campo da qualificação dos servidores. Do ponto de vista do relacionamento entre governo e representação sindical registram-se avanços, pois houve uma postura clara de negociação de ambas as partes (Gomes *et al.*, 2012).

De modo geral, pode-se dizer que as iniciativas do executivo foram tímidas no que tange às reformas nas relações de trabalho ao longo da primeira gestão do Governo Lula. Não houve propriamente uma "reforma trabalhista", mas medidas pontuais no que diz respeito às relações de trabalho e organização sindical.

Em comparação com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), pode-se dizer que o primeiro período Lula estancou medidas de cunho neoliberal que vinham sendo estimuladas.

Sobre as relações de trabalho, não foram registrados avanços significativos no período. As relações entre governo e representação dos trabalhadores foram tensas durante toda a década de 1990 (Gomes *et al.*, 2012).

Entre as principais iniciativas do governo Lula (2003-2006), no âmbito das relações de trabalho estão:

- Democratização dos espaços de formulação de políticas públicas;
- O Fórum Nacional do Trabalho (espaço de diálogo e negociação para promover a reforma sindical e trabalhista), com composição tripartite e paritária;
- Reconhecimento das centrais sindicais para participação em conselhos e fóruns públicos, por meio da MP 293, de 8/5/2006;
- Instituição do desconto no IR anual da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (limitada a um salário mínimo e a um empregado);
- Instituição as férias de 30 dias úteis para o emprego doméstico e a estabilidade da gestante;
- Incentivo à microempresa;
- Diminuição de exigências da legislação trabalhista com vistas ao aumento da formalização do emprego.

O documento "Reforma sindical: perguntas e respostas", do Fórum Nacional do Trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego, 2004), indica que a promoção das mudanças na estrutura da Legislação Trabalhista e das relações de trabalho deveria abranger, entre outros, estabelecimento de novas regras da organização sindical, incentivo à negociação coletiva, mecanismos de solução de conflitos, representação de trabalhadores nos locais de trabalho e promoção do diálogo social (e tripartite) por meio do Conselho Nacional de Relações do Trabalho.

O segundo grupo periférico, por estar mais disponível no mercado, possui menor segurança de emprego, sendo facilmente contratado e demitido sem custos. Excluindo grande número de trabalhadores, o modo de acumulação flexível propicia o reaparecimento de sistemas de produção antigos, como os trabalhos artesanal e familiar, que destacam uma economia informal e um setor de serviços que se constituem em forma de sobrevivência. Também há pequenas e médias empresas que se associam às grandes e centrais em subcontratações e contratos flexíveis (Harvey, 2007).

O Fórum Nacional do Trabalho resultou na constituição de grupos de trabalho que tiveram em pauta os diversos assuntos relativos à reforma sindical e trabalhista, com vistas à busca de consensos possíveis, que pudessem atender os interesses diversos de trabalhadores, de empresários e do governo.

Com a reeleição de Lula em 2006, o tema da reforma da estrutura sindical parece voltar à tona. A retomada da agenda de interesse direto dos sindicatos se deve ao compromisso assumido pelo presidente com suas bases sindicais mais

próximas, como a CUT, que, no auge da crise política de 2005, mobilizou essas organizações de representação social em defesa do governo.

Mas se a reforma sindical volta em um formato mais "fatiado", como atesta o Projeto de Lei 1990/2007, no Congresso Nacional (em 11-3-2008), que reconhece as centrais sindicais; e outro projeto ainda em discussão no Congresso que visa substituir o imposto sindical pela contribuição.

Elementos presentes no início da industrialização e da sociedade moderna, como a divisão intensiva do trabalho e seu controle na produção, a alienação do saber operário, a acumulação de capital via extração do "sobre-trabalho", encontram-se presentes nos dias atuais, porém de forma modificada. (Harvey, 2007).

Talvez por isso, os resultados do Fórum Nacional do Trabalho tenham sido considerados aquém do que se esperava, mesmo com a participação de setores preponderantes do sindicalismo, hoje abrigados na CUT, que na época da fundação da central defendiam uma transformação radical da estrutura sindical. Outros tempos aqueles.

Ao serem analisadas qualitativamente, as legislações do segundo período tiveram maior destaque nas ações em defesa dos trabalhadores, como por exemplo, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, o estágio de estudantes; a criação do Dia Nacional e da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e a Primeira Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das intensas transformações do mundo do trabalho, com seus reflexos acentuados nos trabalhadores e nas comunidades pobres, o que se tem observado é que a participação popular desde o momento de elaboração das políticas públicas possibilitará uma gestão mais democrática. Um novo modelo de Estado e principalmente de Administração Pública se faz necessário, de forma a contemplar as reais necessidades.

Nesse contexto, sugere-se uma ligação mais estreita com o planejamento, etapa essencial para o diagnóstico de uma política pública, e principalmente que ele seja focado nos progressos tecnológicos, pois a revolução tecnológica também afeta o trabalho e o emprego.

Estamos vivendo tempos de mudança globais e, em particular no Brasil, tivemos um amplo processo de privatização, internacionalização, transnacionalização, terceirização e Reforma do Estado, o que causa impacto nas elites dominantes e nas coalizações de força e no trabalho.

Todos esses elementos produzem impactos nas estruturas afetando emprego, consumo e até o padrão de competição. Dessa forma, pode-se refletir: Como está o Brasil hoje? Pode-se

afirmar que a palavra-chave é "transição". Verifica-se esse processo nas modificações sobre a burocracia e planejamento estratégico do setor público. Portanto, essas investigações nos fazem retomar a importância de se analisar as origens das políticas sociais traçadas pelo Estado Contemporâneo.

Em geral, percebeu-se que as políticas de emprego implementadas são utilizadas como instrumento para minimizar os impactos das mudanças em curso. Não eliminam o caráter contraditório das relações sociais de produção capitalistas, mas acentuam o progresso da acumulação.

Portanto, este trabalho até agora foi um diagnóstico, e torna-se necessário tomar uma perspectiva mais analítica. Mudanças que estão ocorrendo nos sindicatos e comunidades na atualidade podem ser o começo de novas reflexões.

É importante alertar que o cenário mundial favorável que beneficiou o Brasil no período de 2003 a 2008 está passando por fortes transformações e gerando incertezas. Diante dessas mudanças, argumentamos que é necessário que o país prepare-se de forma adequada para enfrentar as turbulências externas (Matias Pereira, 2013).

Registre-se que a condução da política econômica no Brasil se apresenta bastante complexa, pois vai além da preocupação com a maximização do emprego e da estabilidade do valor da moeda. Nela também estão incluídas: a proteção social, a diminuição do nível da pobreza, a redução das desigualdades de renda pessoais, a redução dos desequilíbrios regionais, entre outros (Matias-Pereira, 2013).

Por fim, sugere-se que sejam feitos outros estudos a partir de lutas históricas dos trabalhadores e a percepção dos sindicatos, seguindo outras metodologias e linhas teóricas, como por exemplo, o método do materialismo histórico de Marx. Ademais, pesquisas futuras podem investigar o processo de produção legislativa para regulação do mercado de trabalho, analisando a origem dos projetos de lei sobre o tema, o processo de tramitação e aprovação ou veto desses projetos de lei. Nesse sentido, poder-se-á compreender quais têm sido os atores responsáveis engajados em elaborar legislação sobre o tema, bem como o conteúdo e o nível de êxito dos projetos de lei sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- Abramides, M. B. C., & Cabral, M. D. S. R. (2003). Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. São Paulo em Perspectiva, 17(1), 3-10. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a01.pdf>. doi: 10.1590/S0102-88392003000100002
- Alves, G. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis*, 12(2), 188-197. doi: 10.1590/S1414-49802009000200008
- Annunziato, F. (1989). Il fordismo nella critica di gramsci e nella realtà statunitense contemporanea. *Critica Marxista*, 6.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (10a ed.). Campinas: Cortez Editora.
- Antunes, R. (2002). *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (5a ed.). São Paulo: Boitempo editorial.
- Braverman, H. (1983). *Trabalho e capital monopolista* (3a ed.). São Paulo: LTC.
- CAGED (n.d.). Cadastro geral de empregados e desempregados. Recuperado de <http://portal.mte.gov.br/caged/>
- Clarke, S. (1991). Crise do fordismo ou crise da social-democracia?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (24), 117-150. doi: 10.1590/S0102-64451991000200007

Coriat, B. (1992). *El taller y el robot (ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica, México/Espanha, Siglo XXI*.

Draibe, S. (2003). A política social no período fhc e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, 15(2), 63-101. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2.pdf>. doi: 10.1590/S0103-20702003000200004

Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v35n122/a06v35n122.pdf>. doi: 10.1590/S0303-76572010000200006

Gomes, D. C.; Silva, L. B., & Soria, S. (2012). Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo lula. *Revista de Sociologia e Política*, 20 (42), 167-181. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsoc/v20n42/12.pdf>. doi 10.1590/S0104-44782012000200012

Gorz, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.

Gounet, T. (1991) *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.

Harvey, D. (2007). *Condição pós-moderna* (11a ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Instituto Brasileiro de Economia e Estatística [IPEA]. (n.d.). Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/portal>

Lobo, S. A. (2004). Abordagens sobre a reestruturação produtiva. *Humanidades em foco: Revista de Ciência, Educação e Cultura*, Goiânia, (4), 1-16.

Marques, R. M., & Mendes, Á. (2004). O governo lula e a contra-reforma previdenciária. *São Paulo em Perspectiva*, 18(3), 3-15. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf>. doi: 10.1590/S0102-88392004000300002

Matias-Pereira, J. (2012). Efeitos da crise mundial e perspectivas de expansão da economia brasileira. *Administração Pública e Gestão Social*, 4(1), 02-31. Recuperado de <http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/54/116#.UU70uBfqm7F>

Murray, F. (1983). The decentralisation of production: the decline of the mass-collective worker?. *Capital & Class*, 7(1), 74-99. doi: 10.1177/030981688301900104

Oliveira, E. A. de. (2011) A política de emprego no brasil: o caminho da flexinsegurança. *Serviço Social e Sociedade*, (111). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n111/a06.pdf>. doi: 10.1590/S0101-66282012000300006

Rodrigues, I. J., Ramalho, J. R., & Conceicao, J. J. da. (2008) Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo lula (2003-2006). *Ciência e Cultura*, 60(4), 54-57. Recuperado de <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n4/a23v60n4.pdf>.

Sabel, C. & Piore, M. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.